

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

SOL Serra do Mel II SPE S.A.



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Notas explicativas.....	11
1 Contexto e mudanças significativas	11
1.1 Informações gerais	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	12
2 Principais informações financeiras.....	12
2.1 Resultado do exercício	12
2.1.1 (a) Receita operacional de energia, líquida	12
2.2 Ativos e passivos financeiros	14
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	18
2.4 Patrimônio líquido	20
3 Estimativas críticas e riscos	21
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	21
3.2 Gestão de riscos.....	22
3.3 Risco regulatório.....	22
3.4 Risco de liquidez	22
4 Outras informações.....	23
4.1 Contingências	23
4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço	23
4.2 Transações com partes relacionadas	24
4.3 Seguros	24
5 Políticas contábeis materiais adotadas	25
5.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	25
5.2 Imobilizado.....	25
5.3 Intangível	26
5.4 Redução ao valor recuperável (" <i>impairment</i> ").....	27
5.5 Empréstimos e financiamentos	27
5.6 Provisões	27
5.7 Tributação.....	28
5.8 Outros ativos e passivos	29
5.9 Reconhecimento de receita.....	29
5.10 Instrumentos financeiros	29
5.11 Passivo de arrendamentos.....	29
5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente	30
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	30

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Acionistas da
Sol Serra do Mel II SPE S.A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol Serra do Mel II SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sol Serra do Mel II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IRPJ e CSLL		(10.153)	(3.842)
Ajustes por			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(696)	(987)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	14.080	11.852
Ajuste a valor presente		9	7
Depreciações e amortizações	2.1.2	16.800	16.480
Aumento / diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber	2.2.4	(119)	(15)
Outros ativos		814	(238)
Fornecedores	2.2.5	(1.928)	834
Obrigações fiscais e trabalhistas		184	(148)
Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	283	467
Recursos provenientes das atividades operacionais		19.274	24.409
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.467)	(2.317)
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(13.099)	(13.725)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		4.708	8.367
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(3.641)	(568)
Aquisições de imobilizado		(48)	(197)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		(3.689)	(765)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos - pagamento	2.2.6	(9.422)	(8.203)
Pagamento de arrendamentos	2.2.7	(103)	(183)
Pagamento de dividendos		-	(5.403)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento		(9.525)	(13.789)
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(8.506)	(6.187)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	12.173	18.360
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(8.506)	(6.187)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	3.667	12.173
Transações que não afetam o caixa			
Aquisição (baixa) de imobilizado		(26)	(161)
Registro de arrendamento e direito de uso		75	147
Provisão desmobilização		-	2
Baixa custo da transação		-	(96)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.1.1	47.339	49.067
Custos operacionais	2.1.2	(39.171)	(39.730)
Resultado bruto		8.168	9.337
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(1.986)	(1.298)
Outras receitas (despesas)		-	(7)
Lucro operacional		6.182	8.032
Despesas financeiras		(18.696)	(14.156)
Receitas financeiras		2.361	2.282
Resultado financeiro	2.1.3	(16.335)	(11.874)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(10.153)	(3.842)
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2.315)	(2.320)
Prejuízo do exercício		(12.468)	(6.162)
Prejuízo por ação		(44,15)	(21,82)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(12.468)</u>	<u>(6.162)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(12.468)</u></u>	<u><u>(6.162)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol Serra do Mel II SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	3.667	12.173	Fornecedores	2.2.5	8.078	10.006
Contas a receber	2.2.4	5.096	4.977	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	13.000	12.724
Outros ativos		526	1.340	Obrigações fiscais e trabalhistas		2.240	1.208
Total do ativo circulante		9.289	18.490	Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	1.608	1.325
				Arrendamentos	2.2.7	80	75
				Total do passivo circulante		25.006	25.338
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	16.108	11.772	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	185.248	194.045
Imobilizado	2.3.1	449.265	465.688	Obrigações pela desativação de ativos		103	92
Intangível	2.3.2	7.222	7.600	Arrendamentos	2.2.7	1.534	1.614
Total do ativo não circulante		472.595	485.060	Total do passivo não circulante		186.885	195.751
				Total do passivo		211.891	221.089
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		282.379	282.379
				Reserva de lucro		-	82
				Prejuízos acumulados		(12.386)	-
				Total do patrimônio líquido		269.993	282.461
Total do ativo		481.884	503.550	Total do passivo e patrimônio líquido		481.884	503.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	282.379	1.138	5.106	6.244	-	288.623
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.162)	(6.162)
Absorção de prejuízo	-	(1.138)	(5.024)	(6.162)	6.162	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	282.379	-	82	82	-	282.461
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.468)	(12.468)
Absorção de prejuízo	-	-	(82)	(82)	82	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	282.379	-	-	-	(12.386)	269.993

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A SOL Serra do Mel II SPE S.A., constituída em 20 de dezembro de 2019, é uma Companhia por ações de capital fechado com propósito específico, com sede no Lote 01, Vila Ceará, Zona Rural, CEP 59.663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque solar denominado “UFV Serra do Mel II”, com potência instalada de 100 (cem) MW.

Autorização do Parque Solar SOL Serra do Mel II SPE S.A.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 178 de 15 de abril de 2020 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Serra do Mel II, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, com 20.000 kW de capacidade instalada e 7.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte unidades geradoras de 1.000 kW. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15 de abril de 2020, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da SOL Serra do Mel II, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 178, de 15 de abril de 2020.

A Companhia entrou em operação em 2022, quando passou a vender no Ambiente Livre com Contratos de longo e médio prazo e, a partir de janeiro de 2025, teremos a venda também da energia através do Ambiente Regulado com Contratos de Comercialização de Energia Regulados, foram celebrados entre a SOL Serra do Mel II SPE S.A. com as 9 distribuidoras firmadas no leilão, em 18 de outubro de 2019.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 15.717 (R\$ 6.848 em 31 de dezembro de 2024). Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para a sua acionista, a fim de que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de junho de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional

2.1.1 (a) Receita operacional de energia, líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de fornecimento - ACL	47.544	50.926
Fornecimento - geração própria	2.340	-
Receita bruta de fornecimento - CCEE	18	-
Tributos sobre receita	(2.563)	(1.859)
Total de receita operacional, líquida	47.339	49.067

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Encargos setoriais	(6.821)	-	(7.121)	-
Energia comprada para revenda	(8.729)	-	(9.527)	-
Serviços de operação e manutenção	(5.861)	-	(5.451)	-
Aluguéis	(176)	-	(186)	-
Depreciações e amortizações	(16.708)	-	(16.388)	-
Depreciações e amortizações - arrendamento	(92)	-	(92)	-
Seguros	(784)	-	(965)	-
Despesas administrativas gerais	-	(1.291)	-	(419)
Serviços de terceiros	-	(695)	-	(879)
	(39.171)	(1.986)	(39.730)	(1.298)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.638	1.291
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	696	987
Variação cambial ativa	25	-
Juros de contas a receber	2	4
Total	2.361	2.282
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.375)	(13.368)
Custo da transação	(1.627)	1.623
Juros arrendamento	(103)	(107)
Ajuste a valor presente	(9)	(7)
Variação cambial passiva	-	(98)
IOF	(22)	(16)
Juros e multas	(461)	(4)
Outras despesas financeiras	(4.099)	(2.179)
Total	(18.696)	(14.156)
Total de resultado financeiro	(16.335)	(11.874)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de vendas	49.902	50.926
Presunção imposto de renda - 8% (a)	3.992	4.074
Presunção contribuição social - 12% (b)	5.988	6.111
Demais receitas e ganhos de capital (c)	2.361	2.282
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	6.353	6.356
Imposto de renda: 15%	953	953
Adicional de Imposto de Renda: 10%	611	612
Total IRPJ	1.564	1.565
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	8.349	8.393
Contribuição social: 9%	751	755
Total de CSLL	751	755
Total IRPJ e CSLL	2.315	2.320

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	3.667	12.173
Contas a receber de clientes	5.096	4.977
Títulos e valores mobiliários	16.108	11.772
Total de ativos financeiros	24.871	28.922
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(8.078)	(10.006)
Empréstimos e financiamentos	(198.248)	(206.769)
Passivo de arrendamento	(1.614)	(1.689)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(1.608)	(1.325)
Total de passivos financeiros	(209.548)	(219.789)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(184.677)	(190.867)

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	19	8
Aplicações financeiras	3.648	12.165
	3.667	12.173

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 81,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (77,5% em 2024), já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade varia de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,57% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (91,5% em 2024).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que ele possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento dever-se-ia ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e ele é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador.

	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - Empréstimo BNB e BB	11.381	10.220
Serviços de manutenção - O&M	667	597
Centralizadora	3.350	471
Trianon (i)	710	484
	16.108	11.772

(i) Conta obrigatória para agentes da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) utilizada para aporte de garantias financeiras e liquidações do Mercado de Curto Prazo (MCP) de Energia de Reserva (ER).

2.2.4 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	573	375
Contratos bilaterais - Ambiente de contratação livre	4.523	4.602
	5.096	4.977

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo é composto do montante a receber referente à receita de geração de energia durante o exercício e nessas datas não havia títulos vencidos.

2.2.5 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Construção - Serviços	-	888
Construção - Equipamentos	-	4.599
Compra de energia	1.767	1.259
Operação e manutenção	3	67
Materiais e serviços	5.149	2.063
Encargos setoriais	1.159	1.130
Total	8.078	10.006

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 Empréstimos e financiamentos

2.2.6 (a) Composição de saldo

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNB	IPCA + 1,7507% a.a.	Real	19/04/2022 - 15/02/2041	202.291	212.434
Custo de Transação				(4.043)	(5.665)
				198.248	206.769
Total circulante				13.000	12.724
Total não circulante				185.248	194.045

Em 24 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou o contrato de financiamento nº 35.2020.2154.27757 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), no valor de R\$213.606.000,00, a ser provido com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com vencimento final em março de 2041. Em abril de 2022, foi liberado o desembolso da linha de crédito no valor de R\$ 181.565.100,00.

O referido contrato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread 1,7507% a.a. (IPCA + 1,4881%, considerando o bônus de adimplência).

Os encargos acumulados durante o período de carência serão pagos proporcionalmente às parcelas vincendas de principal, juntamente com os encargos do período e a amortização, sendo exigíveis mensalmente desde abril de 2023.

A movimentação do financiamento nos exercícios de 2025 e 2024 ocorreu conforme demonstrado a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	216.952
Juros - resultado	13.368
Custo da transação - resultado	(1.623)
Pagamento - juros	(13.725)
Pagamento - principal	(8.203)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	206.769
Juros - resultado	12.375
Custo da transação - resultado	1.627
Pagamento - juros	(13.099)
Pagamento - principal	(9.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	198.249

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 (b) Cláusulas restritivas

Conforme o contrato de financiamento celebrado junto ao BNB e o contrato de prestação de garantia celebrado junto aos Bancos Fiadores do contrato de financiamento, a companhia possui restrição em relação:

- Distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (não permitido em caso de ICSD < 1,2x)
- Alienação de controle societário;
- Endividamentos adicionais;
- Alienação de ativos.

Para 31 de dezembro de 2025 e 2024, o índice de cobertura da dívida calculado foi de 0,92 e 0,92, respectivamente:

	2025	2024
Ajustes no EBITDA		
Prejuízo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro	(12.468)	(6.162)
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.315	2.320
(+/-) Resultado financeiro	16.335	11.874
(+) Depreciação e amortização	16.800	16.480
EBITDA ajustado	22.982	24.512
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social apuradas no exercício, líquidos de diferimento	(2.315)	(2.320)
(A) Geração de caixa da atividade, ajustada	20.667	22.192
(B) Serviço da dívida consolidado da afiançada no ano de referência	22.521	24.205
Índice de cobertura do serviço de dívida (A) / (B)	0,92	0,92

2.2.6 (c) Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- Cessão fiduciária em conta reserva de O&M;
- Cessão fiduciária de conta reserva de serviço da dívida (fundo de liquidez), correspondente ao equivalente a 4,31% do valor efetivamente desembolsado;
- Cartas de Fiança Bancária em favor do BNB, em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor financiado.

São garantias do contrato dos Fiadores:

- contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios;
- contrato de alienação fiduciária de ações;
- contrato de alienação fiduciária de equipamentos.

2.2.7 Passivo de arrendamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a aplicação do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em referência às operações de arrendamento fundiários onde está localizado o parque eólico, tendo a Companhia adotado a abordagem retrospectiva simplificada (detalhes adicionais na Nota Explicativa nº 5.11).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Para os arrendatários, o IFRS 16/ CPC06(R2) é baseado em um modelo singular que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, sendo tanto os arrendamentos operacionais como os financeiros reconhecidos no balanço patrimonial mediante o registro de um ativo (correspondente ao direito de uso de um determinado ativo por um período de tempo) e um passivo (correspondente à obrigação de pagar pelo arrendamento do ativo).

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem prazo de 20 anos, com vencimentos entre março de 2040 a outubro de 2040, com taxa de desconto praticada de 6,40%.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na Nota Explicativa nº 2.3.1.

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	75	-	-	-	5	80
Passivo Não Circulante	1.614	103	(103)	(75)	(5)	1.534
Total no Passivo	1.689	103	(103)	(75)	-	1.614

Arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	76	-	(76)	-	75	75
Passivo Não Circulante	1.836	107	(107)	(147)	(75)	1.614
Total no Passivo	1.912	107	(183)	(147)	-	1.689

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A provisão de desmobilização no valor de R\$ 85 foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2067, espera-se que tais custos ao final prazo sejam no valor total de R\$ 5.156.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	493.354	437.602	485.611	446.230
Linha de transmissão e subestação	11.631	10.122	19.375	17.825
Total do imobilizado em operação	504.985	447.724	504.986	464.055
Bens em operação				
Terreno - Direito de uso	1.839	1.541	1.839	1.633
Total dos bens em operação	1.839	1.541	1.839	1.633
Total do imobilizado	506.824	449.265	506.825	465.688

2.3.1 (a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	446.230	7.743	(16.371)	437.602
Linha de transmissão e subestação	17.825	(7.744)	41	10.122
Total do imobilizado em operação	464.055	(1)	(16.330)	447.724
Bens em operação				
Terreno - Direito de uso	1.633	-	(92)	1.541
Total dos bens em operação	1.633	-	(92)	1.541
Total do imobilizado	465.688	(1)	(16.422)	449.265

2.3.1 (b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação				
Painéis fotovoltaicos, máquinas e equipamentos de geração	461.882	343	(15.995)	446.230
Linha de transmissão e subestação	17.825	-	-	17.825
Total do imobilizado em operação	479.707	343	(15.995)	464.055
Bens em operação				
Terreno - Direito de uso	1.858	(132)	(93)	1.633
Total dos bens em operação	1.858	(132)	(93)	1.633
Total do imobilizado	481.565	211	(16.088)	465.688

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia solar antes do início da construção.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	8.147	7.444	8.147	7.741
Software	329	(222)	329	(141)
Total do intangível em operação	8.476	7.222	8.476	7.600
Total do intangível	8.476	7.222	8.476	7.600

2.3.2 (a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	7.741	(297)	7.444
Software	(141)	(81)	(222)
Total do intangível em operação	7.600	(378)	7.222
Total do intangível	7.600	(378)	7.222

2.3.2 (b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	7.741	-	7.741
Software	251	(392)	(141)
Total do intangível em operação	7.992	(392)	7.600
Total do intangível	7.992	(392)	7.600

2.4 Patrimônio líquido
2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 282.379 (R\$ 282.379 em 31 de dezembro de 2024), subscrito e integralizado conforme descrito a seguir:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade de ações	%	Valor	%
Solar Serra do Mel A S.A.	282.379	100%	282.379	100%

2.4.2 Destinação do resultado

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

O resultado do exercício de 2025 e de 2024 e sua destinação estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(12.468)	(6.162)
Prejuízo ajustado	(12.468)	(6.162)
Destinação do Lucro:	(12.468)	(6.162)
Absorção de prejuízos	12.468	6.162

2.4.3 Prejuízo por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(12.468)	(6.162)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	282.379	282.379
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(44,15)	(21,82)

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado a seguir:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	8.078	-	-	-	8.078
Empréstimos e financiamentos	13.000	26.000	78.000	81.248	198.248
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.608	-	-	-	1.608
Arrendamentos	80	160	480	894	1.614
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	10.006	-	-	-	10.006
Empréstimos e financiamentos	12.724	12.724	38.172	143.149	206.769
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.325	-	-	-	1.325
Arrendamentos	75	75	225	1.314	1.689

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. Com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, no caso das ações trabalhistas, também na experiência histórica relacionada aos valores pleiteados, não foram identificadas contingências com expectativa de perda classificada como provável. Dessa forma, não houve constituição de provisão para tais causas.

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia figura no polo passivo de ações judiciais de natureza cível e trabalhista classificadas com probabilidade de perda possível, relacionadas, principalmente, a questões decorrentes da implantação, operação e manutenção de parques eólicos, bem como a alegações de responsabilidade subsidiária em demandas envolvendo prestadores de serviços terceirizados.

Tais contingências envolvem, em síntese: (i) alegações de ruídos, vibrações e impactos estruturais em imóveis vizinhos aos empreendimentos; (ii) pedidos de indenização por danos morais e materiais; (iii) discussões sobre supostos impactos socioambientais; (iv) Ação Civil Pública envolvendo alegações de impactos ambientais e pedidos de readequação de empreendimentos; e (v) reclamações trabalhistas envolvendo, principalmente, pedidos relacionados a verbas rescisórias, FGTS, multas legais e demais obrigações trabalhistas atribuídas subsidiariamente à Companhia.

Os processos encontram-se, em sua maioria, em fase de conhecimento ou recursal, incluindo demandas em instrução probatória, com realização ou determinação de perícias técnicas judiciais, bem como reclamações trabalhistas com recursos pendentes de apreciação. Não há, até a data-base, elementos que caracterizem obrigação presente provável que demande constituição de provisão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A Ação Civil Pública, classificada como perda possível, envolve pedidos de ressarcimento de valores e indenização por danos morais coletivos ambientais, totalizando aproximadamente R\$ 293 mil. As contingências trabalhistas, também classificadas como perda possível, totalizam aproximadamente R\$ 344 mil, considerando os valores atualizados atribuídos aos processos em andamento. A Administração, com base nas informações disponíveis, entende que as demandas envolvem incertezas relevantes quanto ao desfecho, incluindo dependência de prova técnica especializada, matérias ainda sujeitas a apreciação judicial e recursos pendentes, não sendo possível, neste momento, concluir pela existência de obrigação presente provável ou mensurável com suficiente confiabilidade.

4.2 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia, como segue:

4.2.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025			
	Passivo - contas a pagar	Resultado - Venda de energia	Resultado - Compra de energia	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
Circulante				
Votalia Energia do Brasil Ltda	182	-	-	(2.394)
Votalia Serviços do Brasil Ltda	794	-	-	(3.461)
Votalia do Brasil Comerc. Energia Ltda.	74	-	(3.524)	-
EOL Potiguar B33 SPE S.A.	-	241	-	-
Votalia S.A.	558	-	-	-
Total circulante	1.608	241	(3.524)	(5.855)

4.2.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024	
	Passivo - contas a pagar	Resultado - Serviços/Gastos Administrativos
Circulante		
Votalia Energia do Brasil Ltda	218	(2.300)
Votalia Serviços do Brasil Ltda	523	(3.135)
Votalia S.A.	584	-
Total circulante	1.325	(5.435)

4.3 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem dos painéis solares.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Tipo	Seguradora	Importância Segurada	Início da Vigência	Término da Vigência
Riscos Operacionais	Mitsui Sumitomo Seguros S A	677.689	26/11/2024	25/05/2026
Responsabilidade Civil Geral	Tokio Marine Seguradora S.A.	1.722	29/11/2024	29/11/2026

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação do risco e das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

5 Políticas contábeis materiais adotadas

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Painéis solares - 30 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

5.3 Intangível**5.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

5.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

5.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

5.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.7 Tributação**5.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("Cofins"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

5.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

5.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

5.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025****Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma**

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% a.a. e 6,40% a.a., respectivamente. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fate conosco

Brasil

Rua do Passado

CEP: 20021-200

T.+55 2221-7000



Endereço: Centro

Manoel, Brasil

www.voltalia.com